

## RAINHAS COROADAS: HISTÓRIA E RITUAL NOS MARACATUS-NAÇÃO DO RECIFE\*

Isabel Cristina Martins Guillen \*\*

### *Introdução*

Em algumas toadas de maracatu cantadas por alguns grupos na atualidade, ouvimos referências que apontam para a coroação de reis e rainhas como um momento de relevância simbólica para a comunidade de afro-descendentes na cidade do Recife.<sup>1</sup> “Nagô, nagô, rainha se corouu” é uma dessas toadas que podem ser ouvidas pelas ruas da cidade na época do carnaval, e há na historiografia outras que despontam como indícios de que a coroação se constitui numa prática ritual que persistiu ao longo do século XX, e que merece um olhar mais atento.

Tendo se originado das festas de coroação dos Reis Congo, os maracatus-nação<sup>2</sup> constituem uma manifestação da cultura popular pernambucana, em especial da afro-descendente, em que se percebe,

mesmo numa primeira mirada, que o “brinquedo” de carnaval é permeado por uma série de rituais que envolvem uma pluralidade simbólica e significados diversos. O presente trabalho objetiva tão somente levantar algumas questões que circundam os rituais dos maracatus, notadamente a coroação de reis e rainhas.

Abordando-o em seu processo histórico, objetiva-se igualmente evidenciar a permanência do ritual e a transformação de seus significados. Escolhemos analisar em especial as coroações de reis e rainhas dos maracatus por ser um ritual no qual a circulação e riqueza simbólica nos permitem discutir como as identidades dos grupos se constituem, bem como as relações de poder que se estabelecem com as associações que visam normalizar as práticas

\* Trabalho apresentado na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004

\*\* Doutora em História pela UNICAMP, Professora do Departamento de História da UFPE

culturais, baseadas numa tradição, tais como a Federação Carnavalesca do Recife e as associações de Folclore, bem como entre os grupos de maracatu-nação atualmente em ação na cidade do Recife.

Uma advertência inicial é necessária: este trabalho circula entre fronteiras disciplinares, notadamente entre a História e a Antropologia. Dada a amplitude do tema, e sua complexidade teórico-metodológica, seu caráter fragmentário evidencia-se logo de início. O embate entre transformações históricas e mito permeia a todo o momento os rituais que iremos discutir, e não há respostas prontas para essa relação. Nunca é demais lembrar que, como já nos advertiu Marshall Sahlins, "a transformação de uma cultura é também um modo de sua reprodução". (SHALINS, 1994:174) E os maracatus-nação constituem hoje palco privilegiado para aqueles que objetivam discutir como a cultura popular ressignifica suas práticas diante dos movimentos muitas vezes avassaladores da cultura de massas e da indústria cultural.

Grande parte das observações aqui feitas, referentes aos maracatus-nação em sua contemporaneidade, deve-se à minha participação nos carnavais de 2003 e 2004 no Maracatu Nação Cambinda Estrela, situado na comunidade de Chão de Estrela, zona norte da cidade. Apesar de não poder ser considerado um maracatu "típico", quando se refere à sua organização interna (não se constitui num maracatu de tipo "monárquico"), a participação no Cambinda Estrela me permitiu um contato fundamental com uma comunidade que tem o maracatu como aglutinador das pessoas e elemento definidor de sua identidade, notadamente pelas suas relações com terreiros de Xangô e Jurema.

As interrogações que nortearam o presente trabalho foram instigadas pela recente coroação de duas rainhas. Depois de um longo tempo sem que se coroasse qualquer rainha de maracatu, nos anos de 2002 e 2003 Dona Marivalda, do Estrela

Brilhante, e Dona Ivanize, do Encanto da Alegria, respectivamente, sentiram necessidade de promover um ritual público que as coroasse, legitimando, portanto, o título de rainha de seus maracatus, título este que já portavam<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, percebia-se na fala de alguns maracatuzeiros uma necessidade de deslegitimar a coroação, apontando nos rituais um jogo de marketing no concorrido mercado cultural que envolve os maracatus-nação na atualidade. Houve também intensa discussão em torno da organização dos rituais, sobre o poder de quem coroava, sobre o local da coroação, enfim, era uma discussão que suscitava polêmicas e enquanto tal pareceu-me oportuna para pensar o poder dos maracatus e sua inserção na sociedade recifense, não só na atualidade, uma vez que a coroação de reis e rainhas tem uma dimensão histórica inegável que é preciso discutir.

Assim, proponho-me interrogar práticas e representações em sua multiplicidade, em sua polissemia. É preciso considerar as mudanças históricas, ou seja, não tomar os rituais como se fossem sempre os mesmos, cuidando para não estabelecer dessa forma um contínuo temporal, cronológico. Sem que, não obstante, se perca sua dimensão histórica. É possível se pensar que tanto nas práticas quanto no universo simbólico as coroações podem significar coisas muito diferentes, dependendo do momento histórico em que se esteja discutindo. A coroação de D. Santa, rainha do maracatu-ação Elefante até o ano de 1962, e cuja coroação ocorreu em 1947, e as coroações de D. Marivalda (Estrela Brilhante) e D. Ivanize (Encanto da Alegria) diferem em tantos aspectos que é possível discutir muito mais as diferenças dos que as similaridades, colocando-nos em alerta para o perigo da unicidade.

*Os maracatus-nação no mercado cultural recifense*

Rainhas coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife

Isabel Guillen

Desde Pereira da Costa, passando por Katarina Real e chegando aos anos de 1980, profetizou-se o fim dos maracatus-nação. Considerado reminiscência de antigos costumes de africanos e fadado, portanto, ao desaparecimento, ao longo do século XX pode-se afirmar que os grupos passaram por um processo de decadência: muitos deixaram de sair às ruas nos dias de carnaval, e os que ainda conseguiram subsistir viram seus quadros reduzidos a algumas poucas dezenas de desfilantes. Katarina Real, que esteve no Recife nos anos de 1961-1966, em seu trabalho *O Folclore no Carnaval do Recife*, afirma que existiam apenas cinco maracatus-nação. (REAL, 1990:61) Hoje existem em torno de vinte grupos, muitos dos quais foram recriados e outros são inteiramente novos. Neste ano de 2004, no evento da abertura do carnaval, conduzido por Nana Vasconcelos, houve a participação, no espetáculo, do batuque de onze nações, evidenciando que no mercado de bens culturais o maracatu está extremamente valorizado. Se nos anos sessenta do século passado Katarina Real já tinha dito que ser pernambucano é "sentir o maracatu", hoje mais do que nunca tal assertiva pode ser considerada verdadeira. Há uma febre de consumo de maracatu, perceptível pela escolha dessa manifestação para abrir oficialmente o carnaval e pelo sucesso que representa a noite dos Tambores Silenciosos.

O que propiciou tal mudança? Têm-se apontado como razões o trabalho de Mestre Salustiano, que ao lutar pela preservação dos maracatus de orquestra teria evidenciado os de nação, ou ainda a formação do grupo Maracatu Nação Pernambuco, que ao divulgar e valorizar o batuque e o cortejo real pela classe média da cidade teria contribuído para sua aceitação. Mas é inquestionável que foi o movimento mangue beat, principalmente Chico Science e o Nação Zumbi, que ao fincar uma antena parabólica na lama propagou

os sons do batuque do maracatu-ação por todo o país. Hoje existem grupos de maracatu em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, além de grupos na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

O sucesso dos maracatus na cena cultural pernambucana tem gerado uma profícua discussão acerca da relação entre cultura popular e indústria cultural, desdobrando-se em acirrados debates sobre a manutenção das tradições e/ou seu processo de corrupção pela mídia. Importa, no entanto, observar que nesse embate entre modernidade e tradição os populares que fazem o maracatu claramente não se postam diante desse complexo processo com "complacência melancólica" (CANCLINI, 1998:221) para com as tradições, tampouco se constituem no lócus privilegiado da resistência cultural, guardião de uma identidade pernambucana essencializada, como muitas vezes transparece nos debates culturais da cidade. Cultura popular e identidade neste caso são termos intrínsecos em constante processo de ressignificação e re-elaboração. No entanto, ambigualmente, não deixam de fazer parte da teatralização do poder através da transformação da cultura popular em uma prática ritualizada, na qual a coroação das rainhas desempenha papel de primordial importância. "Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena." (CANCLINI, 1998:161-162)

A relação dos maracatus-nação com os cultos afro-descendentes, com o Xangô ou a Jurema, é nodal na definição identitária dos maracatus, e na sua legitimação enquanto manifestação autenticamente popular, uma vez que um maracatu só é considerado "autêntico" e "legítimo" se for uma nação de Xangô. É nesse sentido que muitos dos novos grupos criados são considerados para-folclóricos, pois mantêm um batuque e um cortejo real sem nenhuma relação religiosa, ou seja, defi-

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

nem-se apenas como um folguedo de carnaval.

Na atualidade existem dois grandes rituais públicos dos quais os maracatus-nação fazem parte. O primeiro é o desfile de carnaval, uma competição com regras estabelecidas pela Federação Carnavalesca e que ocorre no domingo. Este é um evento que tem perdido força no mercado de bens culturais durante o carnaval, e a cada ano assistimos menos maracatus preocupados em participar do concurso. Invariavelmente os maracatus Estrela Brilhante e Porto Rico conquistam os primeiros lugares, ficando o terceiro lugar como o verdadeiro motivo da disputa, o que tem desestimulado muitos maracatus a participar do concurso. O outro ritual é a Noite dos Tambores Silenciosos, evento que ocorre na segunda feira de carnaval no Pátio do Terço, e que ao longo dos anos tem sido assumido pelos movimentos políticos e culturais de grupos de afro-descendentes como um grande ritual de congraçamento e celebração da cultura afro no Recife. É marcadamente um evento de cunho religioso e não haveria exagero se o apontássemos como o ritual de maior visibilidade que os cultos afros conseguem lançar para a sociedade. A Noite dos Tambores Silenciosos, por si só, mereceria uma discussão aprofundada, mas não é este nosso objetivo no momento. Vale salientar que o evento assumiu essas características ao longo dos anos, e não tinha esse caráter no momento em que foi instituído, em 1961, apesar de já apresentar o caráter de rememoração da escravidão. No momento em que foi criado, pelo jornalista Paulo Viana, os maracatus-nação viviam um momento de decadência, e os poucos que conseguiam se manter, o faziam em meio a muitas dificuldades, com poucos desfilantes. Dona Santa morreria pouco depois, e o Maracatu Nação Elefante iria "para o museu", como foi seu desejo, e nos anos seguintes a Noite dos Tambores Silenciosos correu

sérios riscos de não se repetir. Suas dificuldades e persistência são tema que merecem um estudo detalhado para se entender como ao longo da década de noventa torna-se um dos eventos mais concorridos do carnaval recifense.

É em meio a essa valorização do maracatu-nação no mercado de bens culturais e simbólicos que têm ocorrido as coroações de rainhas de maracatu.

### *Coroação e poder simbólico*

Os maracatus-nação foram definidos recorrentemente como uma reminiscência dos antigos rituais de coroação de Reis Congo, que ocorreram em vários locais do Brasil desde o século XVII até o século XIX, quando a Igreja no processo de romanização proibiu que manifestações da cultura popular acontecessem no interior dos templos católicos. A eleição do último Rei Congo pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, D. Antônio de Oliveira Guimarães, ocorreu em 1848, reinado este que durou até 1872.(SOUZA, 2002; MAC CORD, 2001) Depois disso não mais teria havido eleição de reis e rainhas sacralizada pela Igreja Católica, o que teria dado origem aos cortejos reais que caracterizam os maracatus. Ao longo dos anos, o maracatu se consubstanciaria como um brinquedo de carnaval, reminiscência africana, descrição tipificada por Pereira da Costa em seu *Folck-lore Pernambucano* de 1908. Afora os problemas de se estabelecer uma linearidade entre o fim da coroação dos Reis Congo e o surgimento do maracatu, que não se comprova historicamente, uma vez que existiam maracatus concomitantemente à eleição dos reis, o fim dessas mesmas eleições não significou o término da coroação de Reis e Rainhas dos maracatus, realizados agora por membros dos grupos, possivelmente em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário no bairro de Santo Antônio. As dificuldades documen-

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

tais que cercam a história dos afro-descendentes não nos impediu de encontrar pontualmente rituais de coroação de rainha de maracatu ao longo do século XX. Em uma breve notícia do Jornal do Recife no dia 03 de março de 1922 ficamos sabendo que a rainha do Maracatu Dois de Ouro tinha sido coroada pelo Maracatu Leão Coroado na frente da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Indício claro de que, apesar da proibição da Igreja católica, a coroação de reis e rainhas de maracatu ocorriam, e resta ao pesquisador interrogar sobre os significados atribuídos ao ritual, principalmente pelas comunidades de afro-descendentes na cidade do Recife.

Para uma diversidade de cronistas e literatos que escreveram sobre o maracatu, além de o apontarem como um “brinquedo de carnaval”, onde reis e rainhas representavam uma inocente e momentânea inversão das hierarquias sociais, todos os símbolos reais que constituem o maracatu (coroa, cetro, pálio) são tidos como mero aparato cênico. Terminado o carnaval, reis e rainhas perdem a majestade e voltam a ser plebeus, mais precisamente negros contidos nos mocambos da periferia da cidade.

“Que convicção – a desses reis de mentira, labutando a vida inteira, trazendo ainda na pele requemada as lanhas dos seus antigos senhores! Só nesses três dias de Momo são felizes. Felizes porque têm a ilusão do mando, a ilusão de que podem, de que são senhores. Tristes e ingênuos diabos!” (VAREJÃO, 1991, p. 223)

Vale destacar que se firma uma representação de que são reis de *mentira*, destituídos de poder, questão central em nossa discussão. Entre as décadas de 1920 a 1940, as principais descrições do maracatu ressaltam uma tristeza e melancolia inerente ao brinquedo, uma vez que se constituía em reminiscências de antigas

práticas culturais de homens negros escravizados para matarem a saudade de sua terra. Dessa forma, o maracatu ganha visibilidade na sociedade pernambucana como “coisa de negros”, quase que estrangeiros nesta terra e fadados ao desaparecimento, conforme pode-se verificar na descrição feita por Mário Sette:

“Só uma cousa me fazia esfriar o encanto [do carnaval]: o maracatu (...). Aquele bum...bum...bum... apavorava-me (...). Sons vagarosos, monótonos, sotumos (...) rostos melados de tinta, suor (...) gente horrível, sinistra, mal encarada. Mistura de trajos luxuosos, de cabeções de renda (...) e turbantes garridos, de fêchies africanos, de umbelas de seda, de bonecas agitadas por cima das cabeças (...) e o batuque inalterável e a toada arrepiadora”. (SETTE, 1938, p. 50)

Nos anos trinta, José Lins do Rego em seu romance *O moleque Ricardo* mantém a mesma visão sobre os maracatus, destacando-o como manifestação de negros, cujo ponto de destaque era não apenas a tristeza. Contudo Lins do Rego chama a atenção para um aspecto diferente: a força e o vigor que transmitia, abrindo espaços no meio da multidão que enchia as ruas do Recife no carnaval para dançar o frevo e desfilarem nos blocos e clubes:

“O maracatu do Leão Coroado entrava na Imperatriz abafando tudo. Os bombos, os instrumentos de xangô calavam tudo. O canto do maracatu era triste. Os negros se entristeciam com aqueles lamentos de prisioneiros, de algemados, de negros gemendo para deus, rogando aos céus. O maracatu rompia a multidão como uma avalanche”. (REGO, 1978, p. 226)

Importa para nossa discussão, para a história dos maracatus-nação especificamente, que nos anos de 1930 a 1945, em meio à intensa repressão aos maracatus e aos cultos afros intensificada na interventoria de Agamenon Magalhães,

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

houve um movimento de mediação cultural que alçou os maracatus-nação do lugar de “coisas de negro” de provável desaparecimento, para o lugar de cultura autenticamente pernambucana, matriz africana no meeting point cultural que se promove nesse período.

O maracatu é representado pontualmente na obra de alguns dos modernistas, notadamente Lula Cardoso Ayres, não mais com aquele caráter saudosista e melancólico que encontramos na obra de Pereira da Costa ou Mário Sette. Na discussão promovida pelos modernistas, apesar de não ter desaparecido de todo uma certa característica de saudade e melancolia que se lhes imputa, presente nas obras de Ascenso Ferreira e também de José Lins do Rego, marcando a ambigüidade com que o movimento de mediação cultural se processa, o maracatu-nação aparece não mais meramente como uma manifestação folclórica, mas como portadora de uma identidade regional. Esse novo olhar, perceptível na obra de Lula Cardoso Ayres, quando eleger como um de seus temas a rainha do maracatu em sua majestade, foi precedido de importante movimento que, nos anos de 1930 a 1950 também reposicionou o lugar da cultura afro-descendente na sociedade, e que a transforma em afro-brasileira.

Em meio a essa ambigüidade, importa para nós que se constitui nesse ínterim uma tradição, a de que “legítimos” reis e rainhas de maracatu devem ser coroados e, mais precisamente, na frente da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Antes de prosseguirmos no questionamento da coroação e suas relações com o poder simbólico (BOURDIEU, 1989), é importante estabelecer como substrato para a discussão considerações mais gerais sobre o poder e o ritual das coroações, tanto na tradição européia quanto na africana, uma vez que é da junção de ambas que poderemos entender a polissemia que circunda reis e rainhas de maracatu na atualidade, bem

como em diferentes momentos da história dos maracatus-nação.

A coroação é uma cerimônia de confirmação do poder real, e sua transmissão requer ritos particulares, que consolidam as insígnias atribuidoras de poder. Consideremos que coroação é também uma sagração, sendo, portanto, uma solenidade dúplice, em que há a entrega das insígnias reais, a coroa a principal delas, e a unção, que é um ato santificador por excelência, pois é no ritual, num certo poder das mãos que coroam, que ocorre a sagração. (BLOC, 1993) No ritual podemos perceber um momento especial para a afirmação não só do poder real, mas a confirmação de uma identidade ao grupo social, à comunidade que vive sob a égide real. (TURNER, 1974) O caráter sacralizador esteve presente na cerimônia de coroação de Dona Ivanize, rainha do Maracatu Nação Encanto da Alegria, coroada por seu pai de santo, ao mesmo tempo em que foi claramente uma cerimônia a legitimava entre os diversos maracatus-nação da cidade e entre os membros de seu maracatu em particular.

Não existem, em princípio, regras definidas na coroação, mas o não cumprimento de algumas delas (consideradas como parte da tradição) deslegitima o ato, colocando-o em suspeição. O caso das coroações das rainhas de maracatu ocorridas na atualidade, o local que se escolheu para se proceder ao ritual, e o poder que teria a pessoa que impõe ritualmente a coroa, foram as grandes questões discutidas tanto pela imprensa quanto, principalmente, pelos próprios maracatuzeiros.

Além da sagração (coroação + unção) outras cerimônias confirmam o poder real, tanto nas monarquias de um modo geral, como nos maracatus-nação. O cortejo real é um antigo ritual medieval em que as insígnias reais são simbolicamente destacadas. Nas comunidades iorubanas, e também entre os reis do Congo, muitas

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

dessas insígnias estavam presentes nos rituais e cerimoniais que envolviam o poder real. (GLASGOW, 1982; SOUZA, 2002) Constituem insígnias reais a coroa, o cetro, o manto e o pálio. Convém destacar que, com relação ao pálio, na Idade Média e também entre os reinados africanos designavam o poder real, e é uma insígnia típica do cortejo, pois ele marca a distância dos súditos que circundam rei e rainha, que dessa forma ocupam sempre o centro. O pálio, portanto, marca o espaço central ocupado pelo rei e rainha no cortejo, ainda hoje nos maracatus. Vestimentas também são insígnias reais, uma vez que rei e rainha trajam sempre os costumes mais ricos, com mais “brilho”, como dizem os brincante.

Assim como nas monarquias de um modo geral, o cortejo do maracatu pode ser considerado uma teatralização do poder real – desfile da grandiosidade régia. Uma demonstração do poder daquela nação, particularmente de seu rei e rainha, que normalmente são dos “donos” do maracatu, ou seja, são geridos de forma “monárquica”. Existem descrições de um outro ritual que não se cumpre na atualidade, e que se refere apenas a Dona Santa; trata-se da prática de, durante o desfile da sua agremiação, “benzer” as pessoas com o seu espadim.<sup>4</sup>

Imprescindível apontar nesta discussão que há no ritual um ato de reconhecimento da sociedade, na forma dos que a assistem (instituições, pessoas ou mesmo os próprio promotores) do poder e ascendência da rainha sobre sua nação, estabelecendo-se também uma idéia de perpetuidade no cargo – essa rainha, sendo coroada, como poderá ser destituída ou mesmo contestada? Essa questão do reconhecimento também passa pela pessoa que coroa, seja um padre da igreja, seja um pai de santo. Em quase todas as entrevistas realizadas com as rainhas de maracatu da atualidade, à exceção de Dona. Elda, do Maracatu Porto Rico, observamos uma recorrente

referência à Dona Santa, como se ela tivesse o poder para reconhecer uma rainha de maracatu e, em consequência, outras rainhas devidamente coroadas também o teriam. Quando da coroação de Dona Madalena, como rainha do Estrela Brilhante, aparece nos jornais a idéia de que D. Santa a teria reconhecido como legítima rainha.<sup>5</sup> Em suas memórias, D. Ivanize assegura a presença legitimadora de D. Santa por lembrança da infância remota:

“Meus pais moravam ali em Ponto de Parada, junto do maracatu Elefante, né, que era da finada Santa, então nós morava lá e todo dia quando ela passava ela dava na minha cabeça, essa menina vai longe...”<sup>6</sup>

Marivalda, rainha do Estrela Brilhante, recorre a Dona Madalena como instância legitimadora para que esta a coroe:

Agora quando eu precisei de me coroar quem tinha que me coroar já era outra rainha né, aí eu fui lá na casa dela (D. Madalena), mas ela tava cansada, já não andava mais, numa cadeira de roda. Aí ela disse a mim que eu tinha que fazer o buri, raspar, fazer todo o pertejo do santo para depois entrar na coroação. Aí pronto, eu passei dois anos, aí foi o tempo que ela faleceu né. (...) Aí eu fiquei sem ninguém para fazer minha coroação. Aí eu me lembrei de Elda, que é do Porto Rico, e o Raminho, que é o rei dela, que é coroado. Aí eu fui na Prefeitura, falando em fazer a coroação. Foi a prefeitura que fez, que me ajudou, aí eu pedi pro menino lá... pra ver se eles participava, porque o padre mesmo, na Igreja, os de agora não faz mais. Há uns vinte anos atrás, trinta, ele ainda fazia mas agora eu não sei o que foi que houve que ele não se envolve mais. Acho que não tem nada a ver, mas ele não se envolve. Aí falemo com o padre tudo e ele disse que podia fazer, na frente da Igreja, mas dentro não dava para ser. Então eu falei com Elda, com a prefeitura e fizemo todo aquele processo e eu fiz minha

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

coroação, mas eu passei noventa dias de quarto, entendeu, pra eu fazer minha coroação. Ai então fiz todo meu preparativo, raspagem e tudo, dei minhas obrigação todas para poder receber a coroa.<sup>7</sup>

Desse modo, preferencialmente, uma rainha deveria ser coroada por um padre ou por outra rainha que tivesse já sido coroada. Pode-se perguntar se a rainha que é coroada por outra fica com alguma "obrigação" para com a rainha que coroa. Dona Elda, do Maracatu Nação Porto Rico, que no final acaba coroando Dona Marivalda, vai se referir a ela como sua "afilhada". No entanto, mesmo em meio a essa aparente relação de "vassalagem", o que motivou Marivalda a procurar a coroação foi a vontade de se igualar a Elda, de quebrar uma hierarquia que a coroação legitimava:

Que a Elda ficava na televisão "Eu sou a rainha coroada" e se balançava e agora não pode se balançar mais. (...) Por que ela ficava dizendo maracatu que a rainha não é coroada não é maracatu, é uma batucada, é não sei o que. (...)

Por que se ela dá de comer ao santo dela eu dou ao meu. Se ela compra uma galinha lá eu compro um galo aqui. Se ela compra um bode pro santo dela eu compro um carneiro pro meu, quer dizer que somos iguais, não somos diferentes. Dentro do regulamento do espiritismo nós somos iguais.

Na contemporaneidade o ritual da coroação está associado aos rituais dos cultos afro-descendentes, notadamente o Xangô. Enquanto Dona Marivalda escolheu ser coroada na frente da igreja de Nossa Senhora do Rosário, observando antiga tradição, Dona Ivanize escolheu ser coroada no Pátio do Terço, local hoje consagrado para os cultos afros, não só por que nesse pátio se realiza a Noite dos Tambores Silenciosos, mas também porque nele se

situa a casa onde moravam Sinhá e Badia, renomadas ialorixás, tidas como as últimas africanas em solo pernambucano. Dona Ivanize expressa claramente essa relação:

"(...) ali é onde está todo o fuxico, ali é onde todos os nossos maracatus passa, ali é onde todos os ancestrais passa, ali onde tem muito sofrimento de negro ali. (...)Pra mim foi a maior satisfação, e eu não tinha nem me tocado que naquele Pátio do Terço tinham morado duas mulheres extraordinária que tinha sido Badia né? E a outra, parece que é Sinhá. Viviam ali aquelas duas. Uma filha de Xangô, outra filha de Oxum. Eu filha de Xangô e o meu rei filho de Oxum, então você vê a coincidência, encaixou de uma tal maneira que eu nem pressenti, foi uma festa..."

A presença de um pai de santo nos dois últimos rituais confirma a instância sacralizadora, afora os rituais do Xangô que devem ser observados antes da coroação, e que não serão objeto de discussão neste trabalho. É de praxe que só uma mãe de santo pode ser coroada rainha. Conforme já vimos no depoimento de D. Marivalda, esta teve que cumprir uma série de rituais antes de ser coroada. No depoimento de D. Ivanize essa relação com os orixás é explicitada, desde quem tem poder para coroar até com o que acontece com a rainha depois de coroada:

"Olha, eu tenho um babalorixá, que corta pra meu santo, é que põe o axé na minha cabeça, é que vive com meu santo, zela pelo meu orixá. Então é esse homem que eu tenho confiança de botar a mão na minha cabeça, então ele é que vai me coroar." (...)Mas eu acho importante, eu acho que a rainha só é rainha de fato quando ela é coroada. Seja em qualquer circunstância, ou pelo padre, ou pelo bispo, ou pela mãe de Santo ou pelo pai de Santo, eu acho que ela tem que ser. Eu acho que dá mais sustância, o orixá chega mais. Chamei Papai para fazer a parte

Rainhas coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife

Isabel Guillen

religiosa, uma pessoa assim muito digna, muito importante porque diz que no currículo dele só falta isto, então... ele disse que teve a maior satisfação de fazer essa cerimônia. Ele teve e eu tive mais ainda. Ficou muito bonita.

(...) O Orixá toma mais conta daquela... sei lá, você sabe, é como se uma pessoa fosse uma abiã, e fosse fazer o santo, o orixá não toma mais conta, não chega mais, não se aproxima mais? Coroação e orixá, eu acho que eles até agradece. Chega mais para dentro do maracatu, para dentro da casa, fica com mais responsabilidade com aquela pessoa. E se corou-se, então eu acho quando você está se coroaando está coroaando também seu orixá.

A coroação hoje, pode-se afirmar, funciona como uma instância legitimadora das rainhas de maracatu diante de sua nação em particular e diante do "povo do santo" de um modo geral. A forma como o ritual é promovido por alguns grupos do movimento negro, em particular o Núcleo de Cultura Afro da Cidade do Recife, que forneceu a infra-estrutura (montagem do palanque, fornecimento do sistema de som) fornece indícios de que ela é tida também como legitimadora de uma certa concepção da cultura afro na cidade, e é nesse contexto maior que devemos pensá-la, ou seja, como parte de uma relação de poder que busca dizer como é, ou como deve ser, a cultura afro-descendente, que busca manter a tradição de uma "africanidade" no mercado cultural da cidade. Há aqui toda uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que este grupo que comanda o núcleo de cultura afro promove eventos homogeneizadores, como a abertura do carnaval, incentiva a consolidação de "tradições" como a coroação das rainhas de maracatu. Hibridismos que o disputado mercado impõe para se redefinir as identidades.

No passado, essa mesma instância legitimadora da coroação foi utilizada pela Comissão Pernambucana de Folclore para

reavivar uma tradição que se considerava desaparecida. Trata-se da coroação do rei do Maracatu Nação Porto Rico do Oriente, o Senhor Eudes Chagas, ritual pelo qual Katarina Real despendeu considerável empenho. Vale a pena nos debruçarmos sobre esse evento, narrado em *Eudes, o rei do maracatu*.

*Reavivando tradições, inventando outras. É a coroação uma pantomima?*

Katarina Real afirma que antes de vir para o Brasil os livros que mais a influenciaram sobre a relação entre brancos e negros foram os de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, e de Henry Koster, *Travels in Brazil*. Neste último, particularmente, chamaram-lhe a atenção as observações que Koster fez "sobre as relações amistosas entre os pretos e brancos da região naquela época que lhe pareciam admiráveis e que me tocaram como bastante louváveis." Interessaram-lhe especialmente as observações "em relação ao tratamento, de certa tolerância, para com os escravo" como no trecho em que Koster descreve a coroação dos reis negros que presenciou na ilha de Itamaracá no início do século XIX. Koster descreve a coroação como um ato de benevolência e tolerância dos senhores brancos para com as coisas dos negros, como um momento de relaxamento da labuta cotidiana que os escravos usufruíam. Katarina Real ainda lembra, citando Leonardo Dantas Silva que as coroações perderam sua função de "autoridade para manter a ordem" quando da abolição da escravidão. (REAL, 2001, p. 67)

Ainda assim, quando o Sr. Eudes Chagas fundou o Porto Rico do Oriente, diz Katarina que ficava pensando: "como seria lindo fazer uma coroação deste homem majestoso como se fazia em séculos passados. Aliás, não era verdade que as metas da Comissão Pernambucana de Folclore incluíam mais do que a simples preservação e documentação das tradi-

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

ções populares, mas também a restauração das mesmas, em caso onde fosse possível?"(REAL, 2001, p. 68) Imbuída desse pensamento, Katarina trama a coroação de Eudes. Após recorrer até a D. Helder, sem conseguir que a Igreja Católica oficializasse a coroação, dá por satisfeita quando surge a proposta de que fosse oficializada pelo bispo da Igreja católica brasileira, cecrimônia realizada no Pátio do Terço em que além de Eudes foram coroados também Dona Mera, sua rainha, e o rei e a rainha do Leão Coroado. Da forma como narra, Katarina caracteriza a coroação como uma pantomima, um mero jogo cênico em que importava tão somente cumprir um ritual sem que seu significado fosse pensado. No entanto, quando descreve o ritual que corou o rei Eudes, Katarina revela um dado muito importante:

"Dentro da sala havia um ambiente de reverência, de profunda religiosidade, quase um misticismo, enquanto o bispo rezava o Padre Nosso. Depois ele levou uma tigelinha de água benta da mesa e pediu que os reis e rainha se ajoelhassem. Quando ele começou a pingar gotinhas de água benta nas coroas dos reis do Leão Coroado e da Dona Mera, notei que Eudes ainda estava em pé, o bispo se aproximou dele e fiquei atônita ao observar que Eudes estava fazendo um negativo com a cabeça. Ele me olhou com um sorriso sábio e disse-me em voz baixa: "Eu já fui batizado!" Então despontou-me a memória as palavras dele durante nosso primeiro encontro, quando me contara sobre o ritual do amassi, na sede do Maracatu Elefante, com D. Santa Ihe informando, "É o batismo." Parecia-me extraordinário que sua religião afro-brasileira, Nagô, oferecia-lhe a confiança de negar da bênção da Igreja Católica, mas eu aceitava e entendia, fascinada, a atitude dele."(REAL, 2001, p. 85)

Ora, sabemos que esta era uma tradição que não tinha se perdido de todo, mas sim que poderia ocorrer à revelia dos poderes

eclesiástico ou do poder da Comissão Pernambucana de Folclore. A coroação de reis e rainhas de maracatu, ao passarem ao largo das autoridades retirava-lhes o poder de lhes conferir determinadas características atribuídas como "típicas" de um maracatu-nação. Podemos lançar a hipótese de que a tentativa de Katarina foi a de restaurar a coroação como uma relação entre brancos e negros, com a mesma tolerância que ela viu em Koster. A condescendência presente em Katarina, quando se refere à atitude de Eudes descrita acima, bem como sua atitude atônita, revela que grande parte dos significados atribuídos à coroação, e de seu poder simbólico entre a comunidade de afro-descendentes lhe escapava completamente. Há, contudo, na coroação de Eudes, uma ambigüidade tal que lhe permite ao mesmo tempo ser reconhecido pela sociedade "branca" como rei, contribuindo para a folclorização do maracatu, sem negar sua tradição religiosa. Esta talvez seja a ambigüidade que nos permita pensar a coroação de reis e rainhas de maracatu como um ritual de reconhecimento. Ainda que muitas vezes eivado de um caráter pantomímico, a coroação permitia que reis e rainhas de maracatu fossem reconhecidos como tal não só pelos de sua "nação", mas também pelos poderes constituídos que permeavam a relação dos maracatus com a sociedade de uma forma mais geral.

Há uma longa tradição, formada principalmente por folcloristas, dentre os quais se destaca Katarina Real, de se considerar o maracatu-nação quase como uma pantomima dos rituais monárquicos europeus. Há nessa interpretação uma tal naturalidade que não podemos imaginar que esses estudiosos pudessem encarar o préstito real do maracatu como uma manifestação cultural em que vários elementos europeus e africanos eram ressignificados. Em primeiro lugar há que se considerar que pensavam o maracatu como simples

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Gullfen

“brinquedo” de carnaval, resultado por sua vez de uma visão infantilizada do negro e que vê em suas práticas culturais brinquedos inocentes para amenizar as tensões sociais. Em segundo lugar subjaz uma visão da África a qual se associam imagens de primitivismo, que não permitem associar a coroação dos Reis Congo com o próprio reinado Congo na África... Os reinados africanos seriam primitivos e bárbaros, o que faz com que a tradição da coroação tanto dos Reis Congo quanto das rainhas e reis de maracatu fosse associada com a tradição européia. Se para muitos folcloristas a coroação não passa de uma pantomima, há, contudo, indícios suficientes para pensarmos que, para as nações de maracatu, a coroação é tida como um ritual de reconhecimento e sacralização do poder real.

Há também um forte elemento da “tradição” que vincula a coroação dos reis com a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de tal modo que uma coroação “verdadeira” deve ser realizada pelo padre dessa igreja específica. É nesse sentido que Dona Elda, rainha do Porto Rico, se proclama a única rainha verdadeiramente coroada, uma vez que afirma ter passado pelo ritual dentro da Igreja, com direito a missa, hóstia, vinho e santa ceia como manda o figurino.<sup>8</sup> Mas reza a tradição também que só pode ser coroada uma rainha “feita” no Xangô. Quando da morte de Rosinete, rainha do Maracatu Elefante, a nova rainha escolhida não foi sua princesa, Eliane, o que seria natural, uma vez que o grupo declarou não ter recursos para fazer seu santo. A solução foi entregar o cargo a alguém já iniciado no santo, escolha que recaiu sobre mãe Telinha, que já desfilava no Cambinda Estrela.<sup>9</sup>

Essa disputa pela tradição fez com que sobre a coroação de Dona Santa, rainha do Elefante e verdadeira figura mitológica dentre os maracatus-nação, como já apontamos acima, se criassem várias versões.

Há quem diga que teria sido Dona Santa coroada rainha ainda jovem, quando ocupava o cargo no Leão Coroado. De acordo com Guerra Peixe, Dona Santa foi coroada em 27 de fevereiro de 1947, uma segunda-feira de carnaval, na sede do maracatu. De acordo com suas palavras “considerando-se a importância das tradições e o respeito às divindades dos Xangôs, com todo seu entrosamento religioso com o maracatu, é possível ter havido uma autorização nesse sentido.” (PEIXE, 1980, p. 45) Ou seja, Dona Santa teria sido coroada no terreiro de Xangô. Quando de sua morte, em 1962, em que vários folcloristas sobre ela escrevem nos jornais, essa coroação se transmuta num ritual público realizado em frente à Igreja do Rosário.<sup>10</sup> Se a tradição assim o dizia, porque a coroação do maior ícone do maracatu teria sido diferente? Este pequeno “deslize” no entanto nos revela que a coroação é palco de disputa simbólica. Quando aparece como pantomima, a coroação é representada como uma cerimônia inocente; ao torná-la folclórica, destituem-na de poder. Hoje, os grupos afro fazem questão de tomar pública a relação da coroação com os cultos de Xangô, tomando para si o poder de atribuir significados às suas práticas culturais.

Ao apontar todas essas questões e variantes históricas tivemos o intuito de colocar em discussão a polissemia construída em torno da coroação das rainhas de maracatu, destacando seu caráter societário, ou seja, levantamos indícios de que através da coroação busca-se estabelecer uma trama complexa – a constituição de redes sociais que o ritual contribui para reafirmar ou mesmo construir. Essas redes tanto buscam vinculações históricas (no sentido de firmar uma tradição) quanto políticas na contemporaneidade, e são essenciais para a constituição de uma dada identidade das comunidades de afro-descendentes da cidade do Recife.

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

<sup>1</sup> Comunidade no sentido definido por TURNER (1974) e por ANDERSON (1991).

<sup>2</sup> Os maracatus-nação na atualidade são constituídos por um cortejo real (rei, rainha, princesas, dama-do-paço, calunga, etc) e por um conjunto musical em que predominam os elementos percussivos, notadamente a afaia (ou bombo), caixa e gonguê. Por suas vinculações com as religiões afro-descendentes, Xangô e Jurema, são denominados de nação de maracatu. Também conhecidos como "baque virado", o maracatu-nação se diferencia em muitos aspectos dos maracatus denominados de rural, orquestra ou baque solto, principalmente porque neste último há a presença de instrumentos de sopro. A denominação de maracatu-nação, no entanto, é bastante recente, não sendo dessa forma referido nos anos 1940, por exemplo, quando era referido apenas como maracatu, sem que se precisassem as diferenças entre ambos.

<sup>3</sup> Há informações de que a falecida rainha do Maracatu Nação Elefante, D. Rosinete, foi coroada

na passarela, durante o desfile das agremiações, pelo Presidente da Federação Carnavalesca, no ano de 2000, mas sem que houvesse um ritual especial para a ocasião, motivo pelo qual não a consideraremos para o presente trabalho.

<sup>4</sup> Descrição feita repetidas vezes nos jornais, não confirmada por depoimentos, ainda. Ver: A Gazeta, SP, 29/04/1958; MOTA, Mauro Carnaval de Pernambuco. Frevo, caboclinhos e maracatu Senhor, fevereiro de 1962, pág. 42-44.

<sup>5</sup> Ver Diário de Pernambuco, 28/08/1970.

<sup>6</sup> Entrevistada realizada no dia 18/12/2003.

<sup>7</sup> Entrevista com Marivalda, em 03/03/2004

<sup>8</sup> D. Elda afirmou em entrevista concedida no dia 07/04/2004 ter sido coroada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 1980, sem especificar o dia, pelo Cônego da mesma igreja.

<sup>9</sup> Jornal do Commercio, Recife, 22/08/2000.

<sup>10</sup> Diário de Pernambuco, 22/10.1962. Ver também artigo de Guerra Peixe Origem política religiosa do Maracatu, publicado no Notícias de Hoje, SP, 20/10/1957.

*Referências bibliográficas*

- ANDERSON, Benedict. Imagined communities. London, Verso, 1991.
- BLOC, Marc. Os reis taumaturgos. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989.
- CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, Edusp, 1998.
- GLASGOW, Roy. Nzinga. Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- GUERRA-PEIXE, C. Maracatus do Recife. Recife, Irmãos Vitale/ Secretaria de Cultura da Cidade do Recife, 1980.
- HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, D.P.&A, 2003.
- MAC CORD, Marcelo. O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na histórica social do Recife., 1848-1872. Campinas, dissertação de mestrado em história UNICAMP, 2001.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. Folk-lore pernambucano; subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco. Prefácio de Mauro Mota. Primeira Edição Autônoma. Recife, Arquivo Público Estadual, 1974.
- REAL, Katarina. Eudes, o rei do maracatu. Recife, Editora Massangana, 2001.
- REAL, Katarina. O folclore no carnaval do Recife. Recife, Massangana, 1990.
- RÉGO, José Lins do. O Moleque Ricardo. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984, 17ª edição.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994,
- SETTE, Mário. Maxambombas e maracatus, Recife, Livraria Universal, 1938, 2ª edição aumentada.
- SILVA, Leonardo Dantas. Maracatu: presença da África no carnaval do Recife. Folclore 190/191. Recife, Fundação Joaquim Nabuco (Centro de Estudos Folclóricos), 1988.
- SOUZA, Marina de Mello e Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis, Vozes, 1974.
- VAREJÃO, Lucilo. Reis de Maracatu in: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. Antologia do Carnaval do Recife. Recife, Editora Massangana, 1991.

Rainhas coroadas:  
história e ritual nos  
maracatus-nação  
do Recife

Isabel Guillen

